

Vivências com o ECA: possibilidades de formação política na infância

Kalyandra Khadyne Imai Gonçalvesⁱ 

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Solange Franci Raimundo Yaegashiⁱⁱ 

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

1

Resumo

Este relato de experiência tem como objetivo, apresentar possibilidades de promover vivências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na infância, a fim de oportunizar a apropriação dos direitos e deveres pelas crianças. Trata-se de um relato de experiência, com a finalidade de descrever experiências vividas. Desse modo, vislumbramos um estudo que foi realizado a partir do delineamento bibliográfico. O trabalho foi realizado com subsídios da Educação Social e da Sociologia da Infância. Assim, apresentamos algumas possibilidades de realizar vivências com crianças e adolescentes para a formação da consciência política. Compreendemos a relevância de ampliar reflexões acerca das discussões apresentadas, com vistas a um desenvolvimento que prime pela humanização.

Palavras-chave: Infância. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos e deveres. Formação política.

Experiences with ECA: possibilities for political training in childhood

Abstract

This experience report aims to present possibilities for promoting experiences about the Child and Adolescent Statute (ECA) in childhood, in order to provide opportunities for children to appropriate their rights and duties. This is an experience report, with the purpose of describing lived experiences. In this way, we envision a study that was carried out based on a bibliographical design. The work was carried out with subsidies from Social Education and Sociology of Childhood. Thus, we present some possibilities for carrying out experiences with children and adolescents to form political awareness. We understand the relevance of expanding reflections on the discussions presented, with a view to development that strives for humanization.

Keywords: Infancy. Statute of Children and Adolescents. Rights and duties. Political formation.

1 Introdução

Este relato de experiência tem como objetivo, apresentar possibilidades de promover vivências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na infância, a fim de oportunizar a apropriação dos direitos e deveres pelas crianças.

A motivação para esse trabalho foi em decorrência de estudos realizados sobre a Infância e a Educação Social, que favorecem a formação da consciência política dos sujeitos. Cabe evidenciar que a discussão sobre tal temática não deve apenas estar presente no mundo adulto; e sim, iniciar desde a infância.

Nessa perspectiva, Müller (2007, p. 141) afirma que: “Na atualidade, existem as crianças cidadãs e outras crianças. A criança cidadã é uma conquista em vários sentidos, até na lei, entretanto falta muito para que todas as crianças tenham concretamente uma vida digna”.

Müller (2007; 2012; 2018) e Dias (2011) destacam a necessidade do envolvimento individual e coletivo, pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a fim de garantir histórias em que as infâncias sejam respeitadas, valorizadas e consideradas com a devida importância.

Nesse sentido, primeiramente, defende-se a necessidade de incluir as crianças no processo de formação política, desde a infância. Esse ato se configura como a luta pela inclusão de todos os sujeitos na sociedade, pois o cidadão só pode tornar-se um, a partir do momento em que constrói e se apropria dessa identidade.

Assim, as diferentes infâncias poderão se converter em possibilidades para o desenvolvimento pleno do ser humano.

A infância foi materialmente construída e continua em construção objetiva e simbólica. Somos parte disso e seria bom que, como intelectuais, como professores, como advogados, como conselheiros, como economistas, como estudantes, como pesquisadores, como diretores de instituições, como políticos, como artistas, como adultos, como sujeitos cidadãos sujeitos da nossa história, todos nos juntássemos para a luta sem trégua em favor das crianças (Müller, 2007, p. 141).

A autora ressalta a necessidade de, enquanto adultos e integrantes da sociedade civil, nos mobilizarmos e nos esforçarmos para um olhar mais sensível e consciente com relação às crianças e aos adolescentes, que muito podem contribuir com suas potencialidades. Nessa vertente, o público infantil e juvenil são sujeitos com condições para desenvolver a consciência política, se os adultos forem capazes de mostrar-lhes os caminhos possíveis.

3 O texto está organizado em cinco seções: introdução, metodologia, resultados e discussões e considerações finais. Na parte introdutória, apresentamos a temática do texto, a contextualização do estudo, a motivação e os elementos que buscamos discutir no relato de experiência. Na metodologia, apontamos o delineamento utilizado para a composição do texto, as obras consultadas, o perfil dos participantes e as características do local onde aconteceram as vivências. Já nas discussões e resultados, relatamos com maior detalhamento, como ocorreram os encontros, sobre a participação do público envolvido e quais foram os resultados alcançados por meio das intervenções feitas no decorrer e ao final da experiência relatada. Por fim, nas considerações finais, discorreremos sobre nossas conclusões e reflexões acerca da importância em promover a formação política desde a infância.

2 Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, que segundo Gomes, Pereira e Santiago (2021), tem por objetivo descrever experiências vividas. Diante disso, descrevemos um estudo que foi realizado a partir do delineamento bibliográfico, em que nos baseamos em autores e documentos que versam sobre a temática. Cabe mencionar que, de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita a consulta em fontes já produzidas.

Assim, mencionamos os seguintes materiais utilizados: *A educação e a paz* (Montessori, 2004), *História de Crianças e Infâncias* (Müller, 2007), *Os direitos humanos, o direito a ser educado e as medidas socioeducativas* (Dias, 2011), *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 2012), *A participação social e a formação política: Territórios a desbrava* (Müller, 2012), *Faz assim ó: Como as*

crianças ensinam e o que as escolas podem aprender com elas (Marchi, 2017), *Ser criança: o direito à educação social e à vida em comunidade* (Müller, 2018) e *A cidade que foi salva pelas crianças: prática teatral com crianças e adolescentes com direitos violados* (Pereira, 2018).

O trabalho foi realizado com subsídios da Educação Social e da Sociologia da Infância, que permitem considerar essa etapa da vida como um processo em que se constrói uma identidade individual e coletiva, por meio de práticas sociais e nas interações entre crianças, seus pares e com os adultos (Sarmiento, 2005).

Desse modo faremos o relato sobre a organização de três encontros, no ano de 2022, com grupos de crianças e adolescentes de uma instituição, com o objetivo de vivenciar formas de dialogar, apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumentalizar por meio de conhecimento teórico e científico e contribuir com a formação política dos participantes.

Primeiramente, fizemos contato com uma instituição localizada no município de Maringá-PR, e com algumas famílias de crianças e adolescentes que a frequentava. Na época, os participantes eram residentes dos bairros Jardim Alvorada, Jardim Licce, Jardim Dias, Jardim Tóquio, Parque Residencial Cidade Nova, Jardim Copacabana, Jardim Kakogawa e Jardim Quebec. As crianças e adolescentes convidados para a atividade estudavam em escolas públicas e particulares, moravam com as famílias compostas por pai, mãe e irmão/irmã, residiam em casa própria, os pais possuíam nível superior de escolaridade e trabalhavam.

Na referida instituição, periodicamente eram realizadas atividades com as crianças e adolescentes. Assim, foi oportunizado que organizássemos os encontros em reuniões já previstas. No primeiro encontro realizamos um diálogo com as famílias, para explicar sobre o trabalho e os objetivos.

O grupo foi composto por 7 crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 14 anos, sendo: B (6 anos), L (6 anos), J (7 anos), D (8 anos), A (10 anos), R (13 anos) e P (14 anos). Cabe mencionar que algumas crianças e adolescentes – 5 do sexo masculino e 2 do sexo feminino - não participaram de todos os encontros porque tiveram outros compromissos com as famílias.

3 Resultados e Discussões

O primeiro encontro foi realizado no dia 17 de setembro de 2022 (sábado), às 15h (horário de Brasília), no Parque Alfredo Nyffeler, em Maringá-PR, com o objetivo de identificar conhecimentos iniciais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, a fim de mobilizar o pensamento crítico-reflexivo e a formação política.

5

Primeiramente, pensamos em um ambiente acolhedor para realizar o encontro. Sendo assim, organizamos as crianças e os adolescentes sentados em uma colcha estendida na grama, no parque, embaixo de uma sombra de árvore.

Dessa forma, realizamos a apresentação das organizadoras e dos participantes. Para iniciar, foi proposta uma dinâmica que consistiu em abrir uma caixa com um espelho dentro e falar a característica da pessoa que via, sem identificá-la e sem mostrar o objeto que era observado.

Em seguida, os participantes apreciaram a contação da história *Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha* (Rocha, 2014). Após, dialogaram sobre quais direitos estavam presentes na história e em suas vidas. Foram citados os direitos à alimentação, à saúde, à educação e de brincar.

Estiveram presentes os seguintes participantes do sexo feminino: L (6 anos), D (8 anos), e masculino: B (6 anos), J (7 anos), A (10 anos), R (13 anos) e P (14 anos). Ficou combinado para que no próximo encontro, cada um pudesse observar e registrar por meio de foto ou desenho, um direito que identifica no dia a dia e percebe que está violado.

Ao final do encontro, foi entregue um mimo (pacote de marshmallow e suspiros) aos participantes, realizamos um piquenique junto aos familiares e pudemos propor brincadeiras e jogos com bola, vivenciando o direito de “brincar, praticar esportes e divertir-se” e “participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação”, conforme consta no artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2002, p. 38).

O segundo encontro foi realizado no dia 8 de outubro de 2022 (sábado), na Catedral, em Maringá-PR, às 15h (horário de Brasília), com o objetivo de

apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2002), a fim de que as crianças soubessem da existência do documento e sobre o amparo legal para o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Iniciamos com a retomada do encontro anterior, sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e perguntamos quem havia realizado o desenho ou registro fotográfico sobre a identificação de um direito violado, que percebeu no dia a dia.

6 Os participantes se manifestaram por meio de desenho ou oralidade e apresentaram suas percepções como: ruas esburacadas, a falta de moradia e vias públicas sujas.

Posteriormente, foram apresentados materiais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes: *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* (Brasil, 2002), Gibi: *A turma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente* (Sousa, -/-) e o livro *Ser criança é... Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças* (Sgroi, 2009).

Realizamos a leitura do Artigo 2º do ECA (Brasil, 2002, p. 33), que consta: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade”. Identificamos entre os participantes presentes no encontro que havia 4 crianças e 1 adolescente.

Em seguida, lemos o Artigo 4º do documento mencionado, que defende:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2002, p. 34).

Na sequência, dialogamos sobre o artigo e apresentamos uma sequência de imagens para que os participantes pudessem identificar os direitos mencionados na legislação.

Por fim, os participantes realizaram um desenho de um direito que identificavam em suas vidas que é cumprido e outro que não é. Cada um comentou

sobre a sua composição. Estiveram presentes: L (6 anos), J (7 anos), D (8 anos), A (10 anos) e R (13 anos).

Ao final do encontro, houve um momento para a realização de um lanche coletivo e diálogos com os participantes e os familiares que acompanhavam as crianças.

O terceiro e último encontro foi realizado no dia 16 de outubro de 2022 (domingo), às 15h (horário de Brasília), no Parque Alfredo Nyffeler, em Maringá-PR, com o objetivo de identificar os direitos das crianças e dos adolescentes, apresentando soluções para o cumprimento dos mesmos.

Nesse dia, retomamos sobre a relevância de conhecermos os direitos das crianças e dos adolescentes e ressaltamos o valor da ação efetiva para o cumprimento dos mesmos. Desse modo, os participantes apresentaram possíveis soluções para os direitos violados que observaram no encontro anterior:

A (10 anos) e R (13 anos): “Eu acho que para as crianças terem uma casa, os prefeitos das cidades deveriam arrumar mais empregos e abaixar os preços das casas”.

L (6 anos) e D (8 anos): “Dar comida para os pobres”.

J (7 anos): “Vou plantar árvores, não jogar lixo no chão e não poluir. Ainda vou descobrir se tem alguém que pode me ajudar”.

Após a exposição dos participantes, brincamos com o Jogo da Memória sobre os Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Cada criança foi presenteada com um jogo, uma bexiga e um cartão sobre a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Realizamos a leitura do material e finalizamos brincando de bolinhas de sabão. Houve um lanche e a despedida. Estiveram presentes: B (6 anos), J (7 anos), A (10 anos) e R (13 anos).

Nesse último e terceiro encontro, percebemos o envolvimento das crianças e do adolescente. Ressaltamos a importância de apresentarmos a temática para pessoas de todas as idades.

Uma situação que efetiva a relevância da formação política e de instrumentalizarmos as crianças e os adolescentes com a apropriação da legislação para a garantia de seus direitos foi a fala de J (7 anos), ao ser chamado pela mãe

para ir embora, e utilizou o argumento: “*Eu quero brincar. É o meu direito!*”. Tal atitude, corrobora com a defesa de Marchi (2017), que afirma que as crianças também podem ensinar as pessoas nos espaços que ocupam.

Percebemos a importância dessas vivências para a nossa formação acadêmica e profissional. Consideramos que foram experiências iniciais, nas quais, se fosse possível a continuidade, poderíamos vislumbrar resultados mais efetivos com as crianças e adolescentes que participaram dessas vivências.

4 Considerações finais

O presente texto teve como objetivo, apresentar possibilidades de promover vivências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na infância, a fim de oportunizar a apropriação dos direitos e deveres pelas crianças. Tratou-se de um relato de experiência, com a finalidade de descrever experiências vividas. Desse modo, vislumbramos um estudo que foi realizado a partir do delineamento bibliográfico. O trabalho teve subsídios da Educação Social e da Sociologia da Infância. Assim, apresentamos algumas possibilidades de realizar vivências com crianças e adolescentes para a formação da consciência política. Compreendemos a relevância de ampliar reflexões acerca das discussões apresentadas, com vistas a um desenvolvimento que prime pela humanização.

As atividades realizadas foram fundamentais para refletirmos sobre o conceito de criança e infância, a função da Educação Social, a formação política de crianças e adolescentes e a nossa responsabilidade enquanto adultos.

Os conhecimentos sobre a Educação Social e a função do Educador Social configuram-se como basilares para a formação acadêmica e profissional, pois trata-se de elementos formativos para a participação da vida em sociedade, em combate às desigualdades presentes no contexto contemporâneo. Sendo assim, a aprendizagem tanto da legislação como das estratégias para a aplicação dos direitos são mecanismos para garantir que crianças e adolescentes possam apropriar-se da cultura humana e desenvolver em sua plenitude.

Nesse sentido, Pereira (2018) elucida que é necessário reconhecer as crianças como seres sociais e valorizar práticas voltadas para a formação política. De acordo com PCA (2013), esse é o caminho para que a democracia e a justiça social se efetivem.

Essas reflexões se justificam porque para Montessori (2004, p. 73), “A criança, de fato, tem grandes capacidades, uma viva sensibilidade interior; ela gosta de observar e de agir [...] a criança é um ser animado por paixões intensas. Sim, a criança tem uma grande paixão por aprender”. Nessa lógica, esse trabalho fortaleceu nossas reflexões e estudos sobre a capacidade de aprender e se desenvolver que os seres humanos apresentam, em especial, as crianças. Nesse viés, nós somos responsáveis por apresentar os elementos da cultura humana a todas, para que se apropriem do que foi historicamente construído pela humanidade (Leontiev, 2004).

Por fim, é essencial considerar as reflexões de Freire (2012), em que salienta a importância de considerar as crianças e os adolescentes como protagonistas que estão inseridos na cultura e são capazes de evidenciar e mobilizar ações em defesa de suas necessidades e interesses.

Essa máxima reafirma a defesa de instrumentalizarmos as crianças e os adolescentes com conhecimentos científicos para que se desenvolvam de forma integral, e além disso, assumam o seu papel na sociedade e desfrutem plenamente de seus direitos, com vistas a um desenvolvimento humano emancipador.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2002.

DIAS, Fernando. Os direitos humanos, o direito a ser educado e as medidas socioeducativas. *In*: SCHILLING, Flávia. (Org.). **Direitos Humanos e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. pp. 241-252.

GOMES, D. P.; PEREIRA, A. S. M.; SANTIAGO, J. da S. Refazendo os percursos da disciplina bases socioantropológicas da Educação Física. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–18, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARCHI, João A. Martins. **“Faz assim ó”**: Como as crianças ensinam e o que as escolas podem aprender com elas. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Verônica Regina Müller. Maringá, 2017.

10

MONTESSORI, Maria. **A Educação e a Paz**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

MÜLLER, Verônica R. **A participação social e a formação política**: Territórios a desbravar. Editora: Jon Etxeberria – Asociación Navarra Nuevo Futuro, para Dynamo International Street Workers Network – Belgique. 2012.

MÜLLER, Verônica. **História de Crianças e Infâncias**. Petrópolis, Rj: Ed. Vozes, 2007.

MÜLLER, Verônica R. Ser criança: o direito à educação social e à vida em comunidade. In: FERRADA, D. (Ed.). **Políticas educativas y su impacto en las comunidades**. Investigación en educación para la justicia social. Talca, Chile: Ediciones UCM, 2018. p. 123-136.

PEREIRA, Renata C. **A cidade que foi salva pelas crianças**: prática teatral com crianças e adolescentes com direitos violados. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Verônica Regina Müller. Maringá, 2018.

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDO, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PCA. I **Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social**. Maringá, UEM, 2013.

ROCHA, Ruth. **Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha**. São Paulo: Salamandra, 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação e Sociedade**, 26(91), 2005, p. 361-378.

SGROI, Fábio. **Ser criança é...** Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

SOUSA, Maurício de. **A turma da Mônica em**: O Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Maurício de Sousa Editora, s/d.

ⁱ **Kalyandra Khadyne Imai Gonçalves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2022-5923>

Universidade Estadual de Maringá; Programa de Pós-graduação em Educação; Doutorado em Educação.

Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Atua como professora e pedagoga. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS).

Contribuição de autoria: elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8313539183055486>

E-mail: kkig.neuro.psico.pedagoga@gmail.com

ⁱⁱ **Solange Franci Raimundo Yaegashi**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>

Universidade Estadual de Maringá; Departamento de Teoria e Prática da Educação; Programa de Pós-graduação em Educação.

Pós-doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP), na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS).

Contribuição de autoria: orientação e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5273356754482937>

E-mail: solangefry@gmail.com

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 7 de setembro de 2024.

Aceito em 28 de setembro de 2024

Publicado em 01 de outubro de 2024

Como citar este artigo (ABNT):

GONÇALVES, Kalyandra Khadyne Imai; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. Vivências com o ECA: possibilidades de formação política na infância. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2024.